

Aos dias 04 de agosto de 2021, aberta a 4ª reunião de revisão do Plano Diretor, diante da programação dos eixos temáticos de discussão para análise, neste momento, do tema Política de Desenvolvimento Social - art. 19 ao 32 da Lei 075/2009. Como primeiro ponto, na Subseção I - da Política da Educação, sugeriu-se a alteração do artigo 19, com relação aos seguintes pontos: "O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da educação no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes: I – viabilizar, em parceria com a Secretaria da Cultura, a manutenção e atualização da Biblioteca Pública Municipal, bem como a disponibilização de local adequado para cursos e pesquisas; II - promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, para atender a demanda em condições adequadas, cabendo ao Município o atendimento da educação de creche, pré-escola e ensino fundamental; III – colaborar com ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA); IV – colaborar com ações que visem à expansão do ensino médio e ensino superior; V - fortalecer a inclusão educacional; VI - promover a melhoria da qualidade de ensino, criando condições para acesso e permanência ~~e a progressão~~ dos alunos no sistema escolar; VII - promover a ampliação do espaço físico nas escolas, visando a prática de novas modalidades esportivas; VIII – incentivar parcerias entre as escolas, setor privado e a comunidade; IX – viabilizar a valorização dos profissionais da educação, ~~assim como a constante atualização dos profissionais de ensino que estão em sala de aula~~; X – viabilizar cursos profissionalizantes; ~~com ênfase nas áreas da agricultura, informática e indústria~~; XI – viabilizar a inclusão digital nas escolas do sistema municipal de ensino; XII - promover programas educacionais de contra turno e Atendimento Educacional Especializado; XIII - estabelecer estratégias para cumprir o Plano Municipal da Educação;" No tocante à subseção II, com relação à Política Municipal de Saúde, prevista nos artigos 20, 21 e 22, a sugestão é para que junto ao artigo 20 seja incluída a implementação por meio de políticas públicas que elevem o padrão de vida da população, melhorando o acesso e a qualidade aos serviços de saúde, com ofertas de serviços de atenção primária em nível satisfatório para garantir a integralidade, universalidade e equidade, neste nível de atenção, aos modelos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde, para cada momento. O artigo 21, sofrerá as seguintes alterações: "[...] I - universalização da assistência à saúde a todos os cidadãos, garantindo um sistema de saúde igualitário, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; [...] VI - participação do Consórcio Intermunicipal de Saúde para compra de medicação, consulta e exames; §1º A gestão da Política Municipal de Saúde adotará o ~~Programa~~ Estratégia de Saúde da Família como modelo para a realização de serviços a serem prestados.. [...]". Ademais, após análise e discussão do artigo 22, o referido dispositivo passa a ter a seguinte redação: "Art. 22. O Poder Público Municipal promoverá as seguintes ações visando apoiar o desenvolvimento da saúde no Município de Braço do Trombudo: I - viabilizar a implantação do plantão médico de emergência; II - viabilizar a ampliação da oferta de consultas especializadas e exames de média

Bruna Angélica Bruch

Charlene Nogueira

e alta complexidade; ~~o aumento do número de exames e consultas especializadas~~; III - Manter a central de emergência com um número telefônico único para plantão; IV - ~~criar e divulgar~~ incentivar e ampliar os programas de medicina preventiva, com ênfase para hipertensos, diabéticos, gestantes, idosos, atividade física, hábitos alimentares saudáveis e outros necessários; ~~VI - viabilizar a ampliação da unidade de saúde e especialidades~~; V - viabilizar a valorização dos profissionais da saúde assim como a constante atualização dos seus profissionais; VI - viabilizar ações que promovam a saúde do trabalhador; VII - viabilizar a contratação de profissionais para atender as especialidades na unidade de saúde; VIII - viabilizar a aquisição e conservação de equipamentos necessários para atendimento às necessidades básicas da população; IX - manter a farmácia básica das unidades de saúde seguindo as diretrizes Federais, Estaduais e Municipais; X - viabilizar ações, programas, adequações de Legislação e serviços de acordo com as mudanças estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde; XI - viabilizar a renovação constante e a conservação da frota de veículos da saúde; XII - incentivar a participação social no Conselho Municipal de Saúde, para controle social dos investimentos na área da saúde; XIII - Implantar serviços/atendimento de hidroterapia e fisioterapia em clínica própria, com academia de saúde; XIV - Viabilizar a implantação e a manutenção da central de apoio para órteses e próteses; XV- Viabilizar a implantação e a manutenção da Clínica Municipal de Odontologia especializada, com serviços de endodontia, próteses dentárias e periodontia; XVI - Viabilizar a implantação e a manutenção do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), consorciado preferencialmente com os municípios vizinhos; XVII - Manter o convênio de repasses de serviço hospitalares junto ao Hospital de Trombudo Central e Hospital Regional do Alto Vale, em Rio do Sul, para garantir o acesso 24h dos pacientes do município para atendimento de urgência e emergência; XVIII - Buscar parcerias com a Secretaria de Estado da Saúde para viabilizar mutirões de procedimentos cirúrgicos e clínicos para atender necessidades do município." No tocante a Política da Assistência Social - Subseção III, nenhuma alteração restou sugerida ao artigo 23. Com relação ao artigo 24, restou sugerida a alteração dos seguintes incisos: "IX - viabilizar a implantação a Secretaria de Assistência Social e Habitação, desvinculando-a da Secretaria de Saúde; XI - garantir recursos para convênio com entidades de Assistência Social sediadas no Município de Braço do Trombudo;". Junto ao artigo 25 da Lei 075/2009, ainda tratando sobre a política da Assistência Social, sugeriu-se a alteração dos seguintes dispositivos: "[...] II - implantar programas e projetos de saneamento básico, em parceria com outras secretarias; [...] IV - promover o acesso dos portadores de deficiência aos serviços regulares prestados pelo Município, ~~mediante a remoção das barreiras arquitetônicas, de locomoção e de comunicação~~; V - promover programas para capacitação e profissionalização, destinados, prioritariamente, às famílias de baixa renda. [...] VIII - viabilizar, em parceria com outras secretarias, a implantação de áreas destinadas ao lazer nas comunidades (parques, praças, eventos). IX - garantir o acesso aos programas sociais, ~~condicionado à participação ao~~

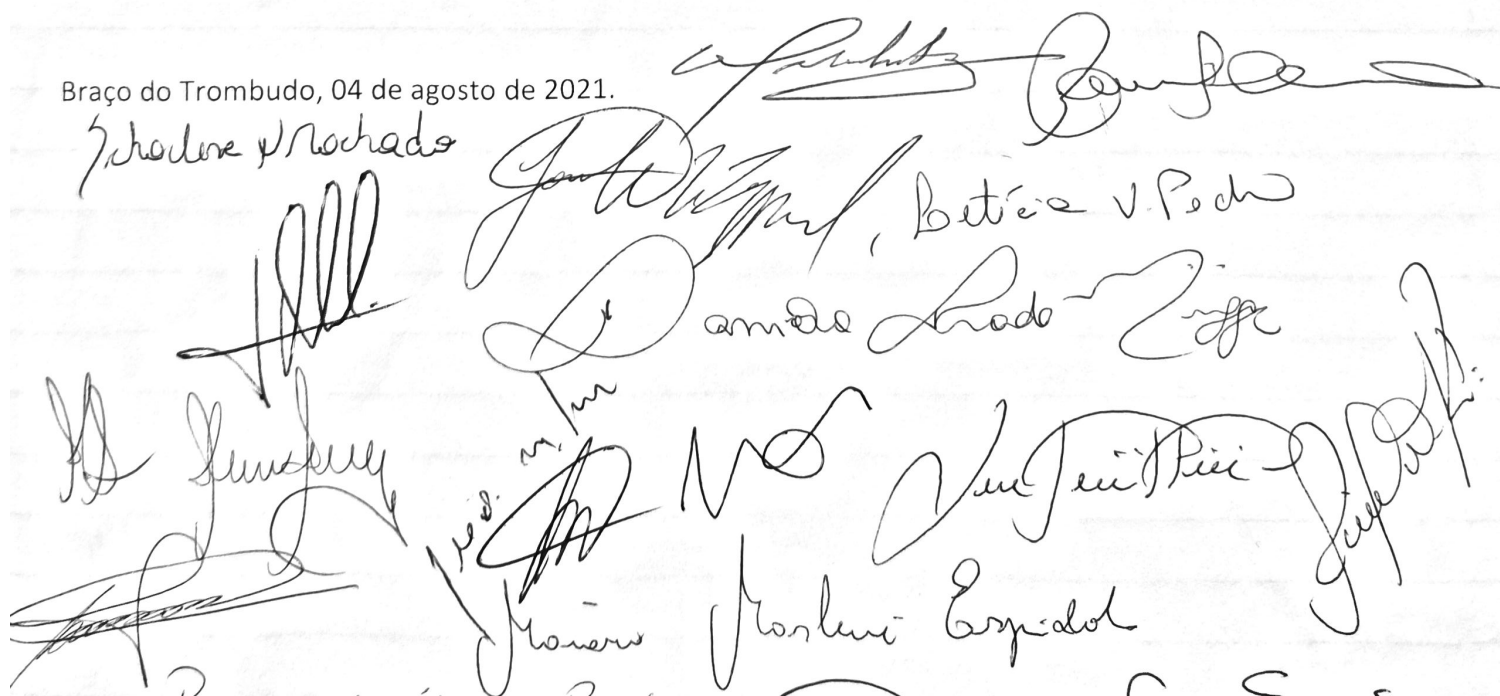
Fride marian Vass

Bruna Angélica Bruch

João Roberto
João Roberto
João Roberto

~~voluntariado e cursos de profissionalização,~~ bem como benefícios eventuais, dentre outros necessários conforme contexto municipal." Por outro lado, quanto ao Patrimônio Histórico e Cultural, a sugestão é para que seja acrescido ao parágrafo único do artigo 28, a implantação de leis específicas de tombamento, manutenção e incentivo à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município. Sem sugestões de alteração dos artigos 29 e 31 da Lei 075/2009. Com relação ao artigo 30, sugere-se a alteração do inciso VI, passando a constar: "VI - possibilitar e incentivar as manifestações culturais, exposição e venda de artesanato e de produtos coloniais produzidos no município;". Por fim, na Subseção VI, tratando acerca do Esporte, Lazer e Recreação, previstos no artigo 32, a sugestão é para a viabilização da construção de um ginásio poliesportivo, com as padronizações exigidas às práticas esportivas; da construção de local para prática de futebol de campo e prática de modalidades de atletismo; bem como para a criação de parcerias com os clubes e estruturas já existentes. Nada mais foi questionado, discutido ou sugerido. Os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial presentes restaram comunicados de que a Política Municipal de Habitação - art. 26 e 27, em razão do estender da hora, será analisado no próximo encontro, a ser realizado no dia 11.08.2021, às 9h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, oportunidade em que serão discutidos, ainda, os temas: Política do Sistema de Planejamento Municipal - Art. 52 e Política da Segurança Social - art. 34, da Lei 075/2009. Estavam presentes na presente data: Joselito Smanioto, Frida Marian Weiss, Scharlene Vanessa Machado, Jonatan Koenig Truppel, Letícia Vogel Pedro, Monica Dalila Sell Dalmarco e Conrado Rinnert Neto - Membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial. Presentes, ainda, o Sr. Jessé Valente de Liz, a Sra. Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz e a Sra. Mara Eliza Schaade, membros da Comissão Técnica, bem como a estagiária do setor de planejamento do Município de Braço do Trombudo, Bruna Angélica Bruch, a Secretária da Saúde e Assistência Social, Sra. Daniela Prada Mugge, as Assistentes Sociais do Município e CRAS - Sra. Maiara Marluci Espindola e Cleusa Schmueller Jeremias, o Controlador Interno do Município, Sr. Daniel Santana, bem como a Assessora Jurídica do Município, Djennifer Evandra Santos.

Braço do Trombudo, 04 de agosto de 2021.


Joselito Smanioto
Frida Marian Weiss
Scharlene Vanessa Machado
Jonatan Koenig Truppel
Letícia Vogel Pedro
Monica Dalila Sell Dalmarco
Conrado Rinnert Neto
Jessé Valente de Liz
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz
Mara Eliza Schaade
Bruna Angélica Bruch
Daniela Prada Mugge
Maiara Marluci Espindola
Cleusa Schmueller Jeremias
Daniel Santana
Djennifer Evandra Santos